

Senado virou condomínio familiar, diz

Casa tem 3.200 funcionários para atender 69 senadores. Projeto poderá

GILBERTO ALVES

Brasília, domingo, 27 de abril de 1986

5

Fragelli efetivar irregulares



José Fragelli esta preocupado com a reputação que o Senado tem hoje

CELSON FRANCO
Da Editoria de Política

“Lamentavelmente, é isso mesmo: o Senado é hoje uma casa de parentes de senadores e de parentes de funcionários”. O desabafo é do próprio presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS), que, semana passada reclamava de abusos praticados ao longo dos últimos anos e que transformaram o Senado num condomínio familiar.

A chamada Câmara Alta é como aqueles conjuntos residenciais, cujas janelas vão sendo arrombadas por seres furtivos e noturnos, ajudados por parentes, que já se encontram dentro do bloco, às vezes, a invasão é feita de forma mais violenta e sob a luz do sol, como no episódio do “trem da alegria”, patrocinado pelo senador Moacyr Dalla (PDS-ES).

Para se ter uma idéia da situação, o Senado tem hoje, incluindo o Cegraf e o Prodasen, 5 mil 200 funcionários. Apenas o Senado tem 3 mil 200 funcionários, para 69 senadores. São 46 funcionários para cada senador. O exagero é flagrante. Como é abusivo o número de categorias funcionais existentes hoje no Senado: 78.

CONCURSO

Contra esses abusos, afirma o senador José Fragelli, estão prontos dois projetos de resolução, elaborados, a pedido seu, por um grupo de trabalho composto de antigos funcionários da Casa. A proposta, reconhece o presidente do Senado, “tem erros”. Mas, argumenta ele, o simples fato de adotar o concurso público como única forma de admissão de funcionários já basta para justificar a aprovação.

Fragelli não diz, mas a impressão que se tem é que ele não gosta do projeto, como um todo. E discorda, claramente, do ponto relativo aos secretários parla-

mentares que, em praticamente todos os parlamentos do mundo, são homens de confiança do senador, que entram e saem com o parlamentar.

Pelo projeto elaborado sob a coordenação do diretor-geral do Senado, Lourival Zagonel, os senadores não terão mais o direito de levar para os seus gabinetes pessoas de sua confiança. Isso porque os atuais secretários parlamentares serão efetivados no quadro e a função, simplesmente, deixará de existir. A questão é tão polêmica que será votada destacadamente.

Para o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) o projeto, feito por burocratas, “cria burocracia rígida, incompatível com o trabalho político, e não resolve nenhum problema do Senado”. Segundo ele, quem deve decidir sobre a reforma no Senado é a Assembleia Nacional Constituinte.

O senador peemedebista critica os projetos de resolução 149 e 150, que “revertam a tendência observada no mundo inteiro, de dotar o Poder Legislativo, cada vez mais, com quadros temporários de confiança do parlamentar”, e condena a efetivação proposta, porque, “além de inconveniente do ponto de vista técnico, não é correta a efetivação de quem entrou sem concurso público”. Mais, Fernando Henrique reclama que “ninguém sabe quem são as pessoas que serão efetivadas, e quantas são. Podem ser 10 mil”.

O diretor-geral do Senado, Lourival Zagonel, diz que não: “Os projetos não implicam novas contratações ou efetivações. O objetivo dos dois projetos de resolução é reordenar o quadro de pessoal do Senado”. Ele informa como exemplo, que as categorias funcionais foram reduzidas de 78 para 32. O número de pessoas, contudo, continua o mesmo.

Dos 3 mil 200 funcionários do Senado, 240 pertencem

ao Quadro de Obras, 840 são contratados por tempo indeterminado e 240 são secretários parlamentares. Estes, diz o senador José Fragelli, serão os únicos efetivados. Afinal, argumenta, quem é estatutário continua como estatutário, e quem é celetista, continua regido pela CLT.

OUTROS ABUSOS

O Senado, pelo que se pode deduzir das palavras de seu presidente, não é apenas a casa de parentes de senadores e funcionários, não. Também a moradia de outros abusos. É ele mesmo, senador José Fragelli, quem reclama da existência de motoristas e de agentes de segurança, “quase analfabetos”, que ganham como se tivessem curso superior. Há casos, e isso também foi contado pelo presidente do Senado, de cozinheiras de senadores que têm apartamentos funcional.

A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que considera o Senado “uma casa melancólica”, faz apenas uma pergunta ao grupo de trabalho que elaborou os dois projetos de resolução: “Quantos parentes de senadores, de funcionários e de jornalistas serão efetivados nesse trenzinho da alegria, disfarçado de reordenamento?”.

Os dois projetos estão, no momento, com o senador Martins Filho (PMDB-RN), relator da Comissão de Constituição e Justiça. O seu parecer já está pronto e, nele, não há nenhuma crítica às duas propostas, mesmo porque não é de sua responsabilidade fazer qualquer análise sobre o mérito dos projetos.

Os projetos deverão ser entregues por Martins Filho, provavelmente na próxima semana, à Comissão de Justiça, que os remete à Mesa Diretora, para a elaboração de um texto geral, englobando todas as emendas apresentadas e posterior devolução à Comissão de Constituição e Justiça.